



SENADO FEDERAL

OFÍCIO “S” Nº 23, DE 2013

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 603

Brasília, 3 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao contido no Ofício nº 50/GP, de 4 de março de 2013, encaminho a Vossa Excelência os nomes dos membros do Ministério Público da União e dos Estados (este escolhido entre os indicados pelos Ministérios Públicos Estaduais), para a composição do Conselho Nacional de Justiça:

a) WELLINGTON CABRAL SARAIVA, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal; e

b) GILBERTO VALENTE MARTINS, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado do Pará.

Envio-lhe, outrossim, os *curricula vitae* dos indicados, juntamente com os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Atenciosamente,


ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

Conselho Nacional de Justiça

Ofício nº 108/SG/2013

Brasília, 22 de maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: Encaminha documentação – Indicação da PGR

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Casa Legislativa, documentação exigida pela Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como os nomes dos indicados pela Procuradoria-Geral da República para recondução ao Conselho Nacional de Justiça, a saber:

- a) Procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva, do Ministério Público Federal;
- b) Promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, do Ministério Público do Estado do Pará.

Sem mais, apresento meus melhores cumprimentos.



Ministro **Joaquim Barbosa**
Presidente

Gilberto Valente Martins

Curriculum Vitae

2013

GILBERTO VALENTE MARTINS

Dados Pessoais

Nome	Gilberto Valente Martins		
Sexo	Masculino		
Nascimento	28/12/1961		
Nacionalidade	Brasileira		
Naturalidade	Paraense		
Estado civil	Casado		
Identidade	196/90-MP/PA		
CPF	180.834.142-34		
Título de eleitor	12006213/33	Zona: 001	Secção 0331

Esposa	Ana Rosa Figueiredo Martins
Profissão	Arquiteta

Filhos	Felipe Figueiredo Martins Thaís Figueiredo Martins
--------	---

Filiação	Mario Ruben de Mello Martins Heliana Valente Martins
----------	---

Endereço	Travessa Rui Barbosa nº 840, apto 802 Bairro do Reduto CEP 66053-260 Belém/PA
----------	--

Contato	Celular (61) 9975-8836 Residência (91) 3223-5555
---------	---

Endereço eletrônico	gaftm@terra.com.br
---------------------	--

Informações Profissionais

Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Promotor de Justiça da 3ª Entrância (Especial) – Titular da 1ª Promotoria de Justiça Militar, com atuação no Grupo Especial de Prevenção e Repreensão às Organizações Criminosas – GEPROC

Endereço	Rua João Diogo nº 100
----------	-----------------------

Praça Felipe Patroni

Contato (91) 4006-3477

Endereço eletrônico gilberto@mp.pa.gov.br

Atuação Profissional

2011 – 2013	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ Membro do Ministério Público Estadual indicado pela Procuradoria-Geral da República
Ago/1990...	Promotor de Justiça Ministério Público do Estado do Pará
Ago/1988 – Ago/1990	Chefe de Gabinete Procuradoria-Geral do Estado do Pará
Mai/1988 – Ago/1990	Defensor Público da Capital Defensoria Pública do Estado do Pará
Abr/1986 – Mar/1987	Assessoria Jurídica da CODEBAR Companhia de Desenvolvimento de Barcarena Empresa Pública Federal Convênio Firmado entre a CODEBAR e a Universidade Federal do Pará – UFPA
Nov/1983 – Ago/1986	Tribunal de Justiça do Estado do Pará Cartório Rhossard – 2º Ofício Cível Estágio supervisionado

Aprovação em Concursos Públicos

- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**
Concurso Público para ingresso na Carreira do Ministério Público.
Publicado no Diário Oficial do Estado do Pará em 19 de julho de 1990
- **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Concurso Público para provimento do Cargo de Procurador Autárquico Federal

Publicado no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 1989

- **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**
Concurso Público para provimento do Cargo de Escrevente
Nomeado em 26 de setembro de 1988
Publicado no Diário Oficial do Estado do Pará em 03 de outubro de 1988
- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ**
Concurso Público para provimento do Cargo de Procurador Legislativo
Publicado no Diário Oficial do Estado do Pará em 25 de agosto de 1988
- **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**
Processo Seletivo realizado na data de 04 de março de 1988

Registros Profissionais

1. Prêmio Cultural – “Procurador de Justiça Artemis Leite da Silva”
Associação do Ministério Público do Estado do Pará
1º Lugar na classificação: Melhor Trabalho Forense de 1991
2. Designado para responder pela Chefia de Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça até ulterior deliberação – Portaria nº 101/95-PGJ de 30/01/1995
3. Promovido por Ato da PGJ pelo critério de Merecimento do cargo de Promotor de Justiça de 2ª Entrância de Ananindeua para o cargo de Promotor de Justiça de 3ª Entrância da Capital – Publicado no DOE de 27/04/1995
4. Designado para officiar como Assessor da Procuradoria Geral de Justiça de 02/05/1995 até ulterior deliberação – Portaria nº 437/95-PGJ.
5. Dispensado, a pedido, das funções de Assessor da Procuradoria Geral de Justiça, que desempenhou com competência e dedicação, merecedoras de louvor – Portaria nº 1100/95-PGJ de 28/09/1995
6. Elogiado pelo Diretor da Academia de Polícia Civil – ACADEPOL, agradecendo por proferir palestra sobre “Prostituição Infanto-Juvenil”, promovida pela ACADEPOL – Expediente nº 13725/95

7. Condecorado com a Medalha do Mérito Dr. Mário Brasil pela Justiça Militar do Estado do Pará, pelos relevantes serviços prestados, em 27/06/2000
8. Designado para officiar como Assessor do Procurador-Geral de Justiça a partir de 02/05/2001 até ulterior deliberação – Portaria nº 651/2001-PGJ.
9. Primeiro Secretário e Membro Fundador do GNCOC – Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, criado em fevereiro de 2002, para organizar operações integradas de combate às ações ilícitas de organizações criminosas. Leva o nome do Promotor de Justiça de Minas Gerais Francisco José Lins do Rêgo Santos, assassinado, em janeiro de 2002, quando investigava a máfia dos combustíveis em Belo Horizonte. Integra o Subgrupo de combate à sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e jogos de azar.
10. Autorizado para atuar no Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas – Portaria nº 397/03-PGJ
11. Mantido na Assessoria do Procurador Geral de Justiça – Expediente nº 4834/2003
12. Elogiado pela Associação de Defesa da Propriedade Intelectual pelos trabalhos realizados junto ao combate à Pirataria no Brasil – Expediente nº 17736/2003
13. Designado para desempenhar as funções de Coordenador de Inteligência e Coordenador-Adjunto de Inteligência, respectivamente, perante o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC – Portaria nº 2414/2004-PGJ
14. Designado para, sem prejuízo de suas atribuições, atuar no Grupo Especial de Prevenção e Repressão as Organizações Criminosas – GEPROC – Portaria nº 526/2005-PGJ
15. Elogiado com votos de louvor pela atuação na denominada "Operação Corsário" de combate à pirataria – Ofício nº 002/2006/MP/PGJ/GEPROC de 17/01/2006 – Protocolo nº 1097/2006 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
16. Elogiado pelo Empenho e Competência, no desempenho na Ação do Combate à pirataria no Estado do Pará. Expediente nº 17268/2006 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

17. Elogiado pelos relevantes trabalhos desenvolvidos pelo GEPROC – Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas, nas investigações referentes à tentativa de homicídio que sofreu o Procurador de Justiça Mauro Campbell (atual Ministro do STJ), do Ministério Público do Amazonas, envolvendo o Procurador-Geral de Justiça daquele Estado, por proposição do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça – Ofício nº 013/2007/MP/SCPJ de 09.02.2007 – Expediente nº 4597/2007
18. Concessão da Medalha “Promotor de Justiça Fabrício Ramos Coutos em reconhecimento à notória e excepcional contribuição que prestou para o bom êxito da gestão administrativa e do desempenho das atividades institucionais do Ministério Público do Estado do Pará, nos biênios de 2003/2005 e 2005/2007 – Portaria nº 579/2007-MP/PGJ
19. Designado para, sem prejuízo das atribuições do cargo de 1º Promotor de Justiça Militar, apresentar manifestação em requerimentos de medidas cautelares de interceptação telefônica, prisão preventiva, prisão temporária, busca e apreensão e medidas protetivas requeridas pelas autoridades policiais em sede de investigação criminal, não distribuídas às Varas Criminais da Capital, até ulterior deliberação – Portaria nº 891/2007-MP/PGJ
20. Dispensado do cargo de Assessor do Procurador-Geral de Justiça, designado pela Portaria nº 651/2001-PGJ, de 02/05/2001, de acordo com o art. 18, XVIII, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06/07/2006, a contar de 01/11/2008, sendo LOUVADA a colaboração, competência, dedicação e lealdade com que se houve no desempenho de suas atribuições. Publicação no DOE de 21/11/2008 – Portaria nº 3401/2008-MP/PGJ
21. Designado como representante do Ministério Público e sem prejuízo das atribuições do 1º cargo de Promotor de Justiça Militar para atuar perante o Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas – GEPROC. Publicado no DOE de 24/06/2010 – Portaria nº 2400/2010-MP/PGJ
22. Designado para exercer o cargo de Assessor do Procurador-Geral de Justiça, a contar de 15/6/2010 até ulterior deliberação. Publicado no DOE de 24/06/2010 – Portaria nº 2405/2010-MP/PGJ
23. Designado para, até 31/12/2010, exercer atribuições perante a Vara de Combate às Organizações Criminosas, na Comarca de Belém, a contar de 15/6/2010 – Portaria nº 2428/2010-MP/PGJ

24. Dispensado, com base no art. 18, inciso XVIII, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06/07/2006, designado pela Portaria nº 2405/2010-MP/PGJ, de 16/6/2010, a contar de 1º/7/2010. Louvado a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que o Doutor Gilberto Valente Martins se houve no desempenho das atribuições do referido cargo. Publicado no DOE de 15/07/2010 – Portaria nº 2729/2010-MP/PGJ
25. Designado para, até 31/12/2010, exercer atribuições perante a 1ª Vara de Inquéritos Policiais, na Comarca de Belém, a contar de 16/06/2010, sem prejuízo das demais atribuições no município de Belém – Portaria nº 2769/2010-MP/PGJ
26. Designado para exercer atribuições perante a Vara de Combate às Organizações Criminosas, na comarca de Belém, sem prejuízo das demais atribuições no município de Belém, no período de 01/01 a 31/03/2011 – Publicado no DOE de 05/04/2011 – Portaria nº 5323/2010-MP/PGJ
27. Delegada as atribuições de representação da Procuradoria-Geral de Justiça para participar de todas as reuniões que transcorrerem no evento do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOG), no Estado da Paraíba, inclusive reuniões abertas e fechadas dos Procuradores-Gerais de Justiça e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG). Publicado no DOE de 07/04/2011 – Portaria nº 1422/2011-MP/PGJ
28. Debatedor em painel comemorativo da Semana do Advogado realizada no período de 10 a 13 de agosto de 2010 – OAB/PA
29. Membro da Comissão Julgadora do Prêmio "Procurador de Justiça Artemis Leite da Silva" – Versão 2010 – 15 de dezembro de 2010 – Associação do Ministério Público do Estado do Pará
30. Homenageado com a "Medalha do Mérito Policial Civil", em reconhecimento às relevantes contribuições à instituição policial, em 20 de abril de 2011
31. Escolhido pelo Procurador-Geral da República para ocupar a vaga de Representante dos Ministérios Públicos dos Estados no Conselho Nacional de Justiça, entrando em exercício no dia 08 de agosto de 2011

Formação Acadêmica/Titulação e Formação Complementar

2008 – 2010

Curso de Mestrado

	<p>Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra</p> <p>Obteve o grau de Mestre em Direito Penal</p> <p>Tese defendida no dia 13 de maio de 2010</p> <p>Tema: "Ministério Público Europeu – Competência Material"</p> <p>Conceito da banca examinadora: 17 valores</p>
2005	<p>Ministério da Defesa – Exército Brasileiro</p> <p>Escola de Inteligência Militar do Exército – ESIMEX</p> <p>Estágio Especial de Inteligência para o Ministério Público Militar e Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC</p>
2002	<p>Agência Brasileira de Inteligência – ABIN</p> <p>1º Curso Básico de Inteligência para Membros do Ministério Público Brasileiro</p>
1986	<p>Cursos de Extensão</p> <p>Universidade Federal do Pará – UFPA</p> <p>"Temas especiais de Filosofia Jurídica" e "Interpretação e Aplicação do Direito"</p>
1983 – 1986	<p>Curso de Graduação</p> <p>Bacharel em Direito</p> <p>Universidade Federal do Pará – UFPA</p>

Teses Defendidas nos Congressos Nacionais do Ministério Público

- "O Papel do Ministério Público no Combate à Criminalidade Fiscal" – Publicada no Livro de Teses – 10º Congresso Nacional do Ministério Público – Belém – Pará – 1994
- "Justiças Militares dos Estados, Competência para Processar e Julgar os Comandantes Gerais das Forças Militares" – Publicada no Livro de Teses – Tomo I – 11º Congresso Nacional do Ministério Público – Goiânia – Goiás – 1996
- "A Necessidade da Reforma Organizacional da Justiça Militar" – Publicada no Livro de Teses – Tomo II – 11º Congresso Nacional do Ministério Público – Goiânia – Goiás – 1996

- “Competência para Processar e Julgar os Procuradores de Justiça dos Estados” – Necessidade de Reforma da Constituição Federal – Publicada no Livro de Teses – Tomo II – 11º Congresso Nacional do Ministério Público – Goiânia – Goiás – 1996
- “A Violência Oficial e as Justiças Militares” – Publicada no Livro de Teses – Tomo II – 12º Congresso Nacional do Ministério Público – Fortaleza – Ceará – 1998
- “O Tribunal do Júri, as Justiças Militares e a Competência para Julgar os Crimes Dolosos Contra a Vida” – Publicada no Livro de Teses, Volume I, Tomo I – 13º Congresso Nacional do Ministério Público – Curitiba – Paraná – 1999
- “Improbidade Administrativa dos Agentes Públicos e as Contratações Irregulares de Servidores” – Publicada no Livro de Teses, Volume II – 13º Congresso Nacional do Ministério Público – Curitiba – Paraná – 1999
- “Efetividade dos Direitos Fundamentais e as Penas Disciplinares nas Corporações Militares” – Publicada no Livro de Teses, Volume II – 13º Congresso Nacional do Ministério Público – Curitiba – Paraná – 1999
- “A Desconcentração de Poderes das Procuradorias-Gerais de Justiça e a Inconstitucionalidade do inciso VII do art. 39 da Lei nº 8.625/93” – Publicada no Livro de Teses – Civil – Volume 02 - 14º Congresso Nacional do Ministério Público – Recife – Pernambuco – 2001
- “A Formação da Lista Sêxtupla para os Tribunais e a Inconstitucionalidade do Artigo 15º, inciso I da Lei nº 8.625/93” – Publicada no Caderno de Teses – 15º Congresso Nacional do Ministério Público – Gramado – Rio Grande do Sul – 2003
- “Abuso de Autoridade e os Juizados Especiais Criminais” – Publicada no Caderno de Teses – 15º Congresso Nacional do Ministério Público – Gramado – Rio Grande do Sul – 2003
- “A Atividade de Inteligência nas Investigações Realizadas no Ministério Público e o Combate às Organizações Criminosas” – Publicada no Livro de Teses – XVIII Congresso Nacional do Ministério Público – Salvador – 2007

Outras publicações

“Improbidade Administrativa dos Agentes Públicos e as Contratações Irregulares de Servidores”. Disponível em: <http://www.profpito.com/temporarios.html>

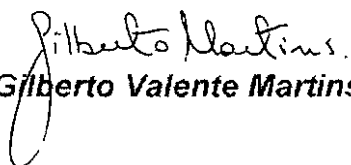
Eventos

- Dia: 23/08/11
Participou da homenagem solene aos novos membros do Conselho Nacional de Justiça
- Dia: 05/09/11
Participou da Oitiva de Magistrados na Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
- Dias: 27 e 28/10/11
Proferiu palestra no I Congresso Estadual de Procuradores do Estado do Pará
- Dia: 31/10/11
Participou do Painel no II Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Amapá
- Dia: 10/11/11
Participou do Workshop Obras e Serviços de Engenharia nas Edificações dos Tribunais de Justiça, em Foz do Iguaçu/PR
- Dia: 17/11/11
Participou do V Encontro Nacional do Judiciário, em Porto Alegre/RS
- Dias: 28/11 a 02/12/11
Participou da Semana Nacional da Conciliação no Paraná – TJ/PR, TRT da 9ª Região e Justiça Federal
- Dia: 22/03/12
Visita *in loco* ao Brasil – Quarta rodada de análise
Sede da Controladoria Geral da União
- Dias: 29 e 30/03/12
Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais
Local: Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

- Dia: 17/04/12
Proferiu palestra no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
- Dia: 20/04/12
Proferiu palestra no Painel da ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, no Centro de Convenções Brasil 21, Brasília/DF
- Dia: 23/04/12
Participou da Posse dos Procuradores da República habilitados no 25º Concurso Público
Local: Procuradoria-Geral da República
- Dia: 23/04/12
Participou da Solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Local: Sala de Sessões Plenárias do Palácio da Justiça
- Dia: 13/05/12
Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
Local: Auditório da Associação de Magistrados do Estado de Goiás
- Dia: 29/05/12
Participou do I Encontro Nacional sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe)
Local: Auditório do Conselho da Justiça Federal
- Dia: 30/05/12
Proferiu palestra no "Seminário Povo e Floresta", da Câmara dos Deputados.
Local: Auditório Antônio Carlos Magalhães, prédio do Interlegis anexo do Senado Federal
- Dias: 31/05 e 01/06/12
Coordenador científico e palestrante do Seminário Nacional de Probidade Administrativa – "Os 20 anos da Lei 8.429 de 1992 e a eficácia da atuação do Estado contra os ilícitos de agente públicos"
Local: Auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília/DF
- Dias: 14 e 15/06/12
Participou do lançamento do stand do Conselho Nacional de Justiça no evento da Rio+20, no Rio de Janeiro/RJ

- Dia: 29/06/12
Proferiu palestra no I Congresso Estadual da Magistratura Capixaba
Local: Auditório do Tribunal de Justiça do Espírito Santo
- Dia: 05/07/12
Proferiu palestra no I Encontro Estadual de Promotores e Procuradores de Justiça da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – Cacoal/RO
- Dias: 16 e 17/08/12
Participou do 1º Congresso Internacional do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, no Rio de Janeiro/RJ
- Dia: 24/08/12
Proferiu palestra no 60º Encontro dos Corregedores-Gerais da Justiça dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal – ENCOGE
- Dias: 07 a 14/09/12
Representou o Conselho Nacional de Justiça na 20ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implantação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC), em Washington/EUA
- Dia: 17/09/12
Recebeu Medalha - Ordem do Mérito *Jus et Labor*
TRT 8ª Região – Belém/PA
- Dia: 01/10/12
Participou como palestrante do “Programa Valorização dos Magistrados: Juiz Valorizado, Justiça Completa” do CNJ
Local: Pleno do TRF da 5ª Região – Recife/PE
- Dia: 19/10/12
Participou da Sessão Solene de Posse do Presidente e demais integrantes da nova diretoria do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais
Local: Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, na Av. João Cirilo da Silva, S/N, Altiplano Cabo Branco, João Pessoa/PB
- Dia: 30/10/12
Presidiu mesa no Evento sobre o “Justiça em Números” do CNJ
Local: Auditório do Superior Tribunal de Justiça

- Dias: 05 e 06/11/12
Participou do VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, como coordenador da meta 18.
Local: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
- Dia: 29/11/12
Proferiu palestra no I Seminário Sobre os Meios de Combate à Corrupção no Século XXI
Local: Fórum Desembargador José Vidal – Cuiabá/MT
- Dias: 11 e 12/03/2013
Coordenador científico e palestrante do Seminário Nacional “Inovações e Desafios da nova Lei sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro – Lei nº 12.683/2012”
Local: Auditório do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF



Gilberto Valente Martins

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto na Resolução do Senado Federal n. 7, de 27 de abril de 2005, que estabelece normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, **DECLARO** que:

1. Não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por minha indicação (art. 5º, II, da Resolução n. 7);
2. Não cumpro qualquer tipo de sanção criminal ou administrativo-disciplinar e, ainda, não existe procedimento dessa natureza instaurado contra mim (art. 5º, III, da Resolução n. 7);
3. Não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados da Federação, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes (art. 5º, IV, da Resolução n. 7).

Brasília, 15 de maio de 2013.

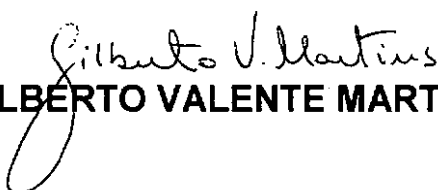

GILBERTO VALENTE MARTINS

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no Ato n. 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas por outros órgãos, no âmbito da referida Comissão, **DECLARO** que:

1. Não há parentes meus que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional (art. 1º, II, "a");
2. Não participo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais (art. 1º, II, "b");
3. Estou em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal (art. 1º, II, "c");
4. Nos últimos cinco anos atuei como representante do Ministério Público dos Estados junto ao Conselho Nacional de Justiça e, também, como Promotor de Justiça no Juízo de Direito da Justiça Militar do Estado do Pará, no Juízo de Direito da 1ª Vara de Inquéritos e Medidas Cautelares de Belém, no Juízo de Direito da Vara Criminal de Entorpecentes e Combate às Organizações Criminosas, no Juízo de Direito da 2ª. Vara da Comarca de Xinguara-Pá, no Juízo de Direito da Comarca de Tailândia-Pá e no Tribunal de Justiça do Estado.

Brasília, 15 de maio de 2013.


GILBERTO VALENTE MARTINS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, nos termos do disposto no Ato nº 01, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição e Justiça, que figuro no polo passivo das seguintes ações judiciais em trâmite, respectivamente, na 8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém/PA e no 3º Juizado Especial Cível de Ananideua/PA:

01) Processo nº 0001255-10.2011.814.0303;

02) Processo nº 0002364-79.2011.814.0943.

Informo, outrossim, que todos os processos tiveram seus pedidos julgados improcedentes, estando, nesta data pendentes de julgamento os recursos interpostos pelos autores das demandas.

Brasília, 15 de maio de 2013.


GILBERTO VALENTE MARTINS

**CUMPRIMENTO DO REQUISITO PREVISTO NO INCISO III, DO ARTIGO 1º
DO ATO Nº 01 DA CCJ - SENADO FEDERAL.**

Excelentíssimos Senhores Senadores da República,

Cumprimentando-os, respeitosamente, apresento argumentação sucinta com intuito de demonstrar minha experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para exercer a função de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça, como Representante dos Ministérios Públicos Estaduais.

Após conclusão do ensino fundamental e médio no Colégio Nossa Senhora de Nazaré, da Congregação Marista, em Belém, o início da caminhada nos estudos das ciências jurídicas foi realizada na Universidade Federal do Pará. Ainda universitário, prestei concurso público e fui aprovado no processo seletivo do Tribunal de Justiça do Estado onde exerci a função de escrevente. Percorrendo caminhos iluminados pelos ensinamentos de meus pais, a paixão pelo Direito tem permitido minha participação em diversos acontecimentos ao longo da história da democracia no Brasil. As recordações desta caminhada são vibrantes desde os períodos em que trabalhei na Defensoria Pública e na Procuradoria-Geral do Estado, especialmente na defesa dos hipossuficientes.

Paralelamente a estas primeiras atividades, devido a permissibilidade legal, exerci a advocacia por aproximadamente três (03) anos, quando, através de concurso público, ingressei no Ministério Público do Estado do Pará, em agosto de 1990, como Promotor de Justiça.

Neste mesmo período, já havia sido aprovado em Concurso Público para provimento do Cargo de Procurador Legislativo, no ano de 1988 e, posteriormente, no Concurso Público para o Cargo de Procurador Autárquico Federal no ano de 1989.

Na carreira ministerial, atuei em várias comarcas do interior do Estado do Pará: Acará, Afuá, Salinópolis, Capanema, Primavera, Castanhal, Ananindeua, entre outras, tendo sido promovido ao mais elevado cargo de primeira instância, no ano de 1995, na capital do Estado.

Neste mesmo ano, fui alçado à função de Assessor da Procuradoria-Geral de Justiça, passando a colaborar com a administração superior do Ministério Público, o que ocorreu em diversas oportunidades, conforme *curriculum vitae* que ora apresento, tendo inclusive ocupado o cargo de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.

Paralelamente às funções de assessoria, atuei como 1º Promotor de Justiça Militar quando tive a oportunidade de contribuir, desde 1996, com o aprimoramento da Polícia e dos Bombeiros Militares do Estado, exercendo a fiscalização da atividade, tanto no caráter preventivo como repressivo. Registro, assim, inúmeras recomendações e denúncias contra agentes públicos que se envolveram em ilícitos, podendo, tais fatos, serem constatados, com simplicidade, em fontes abertas, como matérias jornalísticas e sites da internet.

Relevante fato ocorrido foi minha indicação pelo Procurador-Geral de Justiça para participar da reunião transcorrida após o assassinato do Promotor de Justiça Francisco Lins do Rego Santos, em Belo Horizonte, com o propósito de adotar medidas preventivas contra as organizações criminosas. Neste ato, em janeiro de 2002, foi criado o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas - GNCOC, do qual fui o primeiro Secretário, passando a integrá-lo até ser alçado a Conselheiro do CNJ.

No âmbito estadual, por designação do Chefe do Ministério Público, passei a acumular as funções na Promotoria de Justiça Militar e no Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas - GEPROC, tendo, juntamente com outros membros, combatido quadrilhas e bandos estruturados com propósitos ilícitos.

Como Coordenador do GEPROC, planejei e executei ações integradas e forças tarefas com outras instituições, como a Receita Federal, Polícias Civil e Federal, Ministérios da Justiça, do Trabalho e Previdência Social, no enfrentamento a crimes de contrafação (pirataria), contrabando e descaminho, jogos de azar, corrupção e outras fraudes contra o consumidor e os cofres públicos.

Oportuno registrar que durante quase 23 anos de carreira nunca respondi a qualquer procedimento administrativo em decorrência de minha atuação profissional, devido, certamente, a preocupação de garantir a mais ampla e absoluta defesa dos investigados e a preservação dos seus direitos fundamentais, razão pela qual tenho recebido menções honrosas e elogios de instituições públicas e organizações não-governamentais, também registradas no *currículum vitae*.

Minha participação nos Congressos Nacionais do Ministério Público, organizados pela CONAMP, é registrada com trabalhos apresentados, discutidos e aprovados, na maioria por unanimidade, com temas de interesse no aprimoramento da máquina judiciária do País.

Auxiliei a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, da Câmara dos Deputados, destinada a "investigar fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal", criada em 30 de maio de 2003, que se encontra publicada, constando o agradecimento pela colaboração às folhas 12 do Relatório.

Na área acadêmica lecionei na Escola Superior do Ministério Público a disciplina Direito Institucional do Ministério Público. Para minha formação, além de dois cursos de extensão, conclui o Mestrado em Direito pela Universidade de Coimbra, em Portugal, onde obtive uma das mais elevada nota em uma tese de mestrado, abordando o tema "Ministério Público Europeu: Competência Material".

No ano de 2011, por escolha de meus pares no Ministério Público do Estado do Pará, me candidatei a Representante do MP dos Estados junto ao

Conselho Nacional de Justiça, tendo sido indicado ao cargo pelo Procurador Geral da República em agosto de 2011.

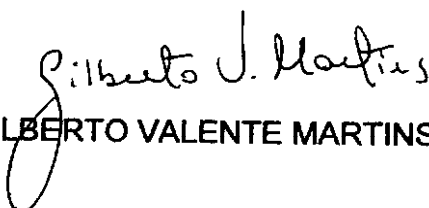
A experiência no Conselho Nacional de Justiça tem sido extremamente rica e gratificante. Dos trabalhos desenvolvidos posso citar os eventos sobre Probidade Administrativa no ano de 2012 e o evento sobre Lavagem de Dinheiro neste ano de 2013, dos quais fui coordenador acadêmico.

Também relatei diversos procedimentos no CNJ, entre eles o que estabelece a possibilidade do desconto de dias paralisados quando de greves abusivas de servidores do Judiciário, seguindo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Tenho me empenhado, também, na Comissão permanente de Tecnologia da Informação que desenvolve diversos trabalhos com relação ao programa de informatização de processos judiciais e na Comissão de Gestão de Pessoas, que entre seus relevantes projetos vem cuidando do aprimoramento do sistema de ingresso na carreira da Magistratura e da formação e atualização de servidores e magistrados.

Acredito ter atendido as exigências apresentadas por essa Egrégia Corte Legislativa.

Respeitosamente,


GILBERTO VALENTE MARTINS




Prefeitura Municipal de Belém
Secretaria Municipal de Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico para os devidos fins de direito, nos termos do artigo 5º, inciso XXXIV, alínea b da Constituição Federal, que **NÃO CONSTAM** registros de débitos relativos a tributos ou créditos administrativos na Secretaria Municipal de Finanças em nome de **GILBERTO VALENTE MARTINS**, brasileiro, casado, Promotor de Justiça, exercendo o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, portador da identidade n.º 6648627 SSP/PA e do CPF 130.834.142-34. Pelo que dou fé.

Belém/PA, 17 de Maio de 2013.


SUELI AZEVEDO
Secretária Municipal de Finanças

SERVIÇO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA

Nome: NÃO EXISTE REGISTRO DESTE NÚMERO EM NOSSOS ARQUIVOS

Inscrição Estadual: NÃO CONSTA

CPF: 130.834.142-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, inscritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 11:46:18 do dia 17/05/2013

Válida até: 13/11/2013

Número da Certidão: 702013080229722-2

Código de Controle de Autenticidade: F513189E.238979F7.74EF1B5E.EB3EEE0E

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.
- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GILBERTO VALENTE MARTINS
CPF: 130.834.142-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 08:45:25 do dia 17/05/2013 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/11/2013.
Código de controle da certidão: **C6C4.9CB0.8AB3.6E39**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 04/06/2013.